

# ÍNDICE

<i>Apresentação</i> .....	XIII
<i>Prefácio à 2ª edição</i> .....	XV
<i>Prefácio</i> .....	XVII
1. O ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO .....	1
1.1. Princípio da legalidade.....	5
1.2. Princípio da presunção da inocência.....	13
1.2.1. Aspectos históricos .....	16
1.2.2. Alcance do princípio .....	17
2. PRINCÍPIOS APLICÁVEIS ÀS MEDIDAS CAUTELARES	19
2.1. Princípios da adequação e da proporcionalidade .....	23
2.1.1. Adequação.....	24
2.1.2. Proporcionalidade .....	25
2.2. Conclusão.....	26
3. A PRISÃO NO DIREITO BRASILEIRO.....	30
3.1. Prisão-pena.....	31
3.2. Direito processual unitário. Autonomia do processo penal cautelar. Prisão cautelar e a distinção com prisão processual.....	35
3.3. Prisões cautelares em espécie .....	42
3.3.1. Prisão preventiva .....	42
3.3.1.1. Pressupostos.....	44
3.3.1.2. Procedimento para decretação .....	54
3.3.2. Prisão em flagrante.....	60
3.3.2.1. Sujeito passivo .....	62
3.3.2.2. Tipos de flagrante.....	62

3.3.2.3. Apresentação espontânea .....	65
3.3.2.4. O flagrante célere ou eficiente.....	67
3.3.2.5. Prazos .....	70
3.3.3. Prisão por pronúncia .....	71
3.3.4. Prisão por sentença condenatória.....	75
3.3.5. O novo pensamento do STF.....	83
4. HISTÓRICO DA PRISÃO TEMPORÁRIA.....	86
4.1. Histórico legislativo .....	86
4.2. O diploma definitivo: a Lei n. 7.960/89 .....	89
4.3. Aspectos constitucionais .....	92
4.3.1. Da constitucionalidade da Medida Provisória n. 111/89 .....	93
4.3.2. Constitucionalidade da Lei n. 7.960/89. Cotejo com o princípio da inocência .....	99
5. A PRISÃO TEMPORÁRIA .....	105
5.1. Definição .....	105
5.2. Natureza jurídica .....	106
5.3. A cautelaridade da prisão temporária.....	106
5.4. Requisitos fundamentais. Perspectiva da presença de requisitos autorizadores da preventiva .....	108
6. DECRETO PRISIONAL .....	113
6.1. Hipóteses de cabimento e sua repercussão processual..	113
6.2. Estudo dos permissivos legais .....	117
6.2.1. Investigação.....	117
6.2.2. Residência fixa .....	120
6.2.3. Fundadas razões .....	123
6.3. Autonomia dos incisos e os pressupostos cautelares ....	129
7. DO PROCEDIMENTO LEGAL.....	133
7.1. O requerimento e a representação .....	133
7.2. Sujeito passivo .....	134
7.3. Legitimidade .....	135

7.4. Fundamentação .....	136
7.5. Prazo máximo de clausura .....	138
7.6. Lei de Crimes Hediondos.....	138
7.7. Ofensa ao princípio da proporcionalidade .....	144
7.8. Controle jurisdicional da atividade policial .....	147
7.9. Cômputo do prazo .....	147
7.10. Detração penal.....	148
7.11. Diligências .....	148
8. EXECUÇÃO DA ORDEM DE PRISÃO.....	152
8.1. Nota de culpa .....	154
8.2. Dos direitos do preso.....	154
8.3. Incomunicabilidade do preso .....	155
8.4. Separação obrigatória.....	157
8.5. Relaxamento da prisão .....	157
8.6. Abuso de autoridade.....	158
9. A LEGISLAÇÃO ESTRANGEIRA .....	159
9.1. Itália .....	162
9.2. Portugal.....	163
9.3. Espanha.....	164
9.4. Alemanha .....	165
9.5. Estados Unidos.....	166
9.6. Outras legislações .....	166
10. CONCLUSÃO .....	167
ANEXO 1 — Medida Provisória n. 111, de 24-11-1989.....	171
ANEXO 2 — Lei n. 7.960, de 21-12-1989.....	175
ANEXO 3 — Modelos de petição criminal — inquérito e ação penal.....	179
Bibliografia .....	211